



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO XXIX PALMAS, QUINTA-FEIRA, 18 DE JULHO DE 2019.

Nº 2842



MESA DIRETORA

Presidente: Dep. Antonio Andrade (PHS)

1º Vice-Presidente: Dep. Eduardo do Dertins (PPS)

2º Vice-Presidente: Dep. Nilton Franco (MDB)

1º Secretário: Dep. Jorge Frederico (MDB)

2º Secretário: Dep. Cleiton Cardoso (PTC)

3º Secretário: Dep. Vanda Monteiro (PSL)

4º Secretário: Dep. Amália Santana (PT)

Palácio Deputado João D'Abreu - Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO

Comissões Permanentes

Local das Reuniões: Plenarinho

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Reuniões às terças-feiras, às 14 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Claudia Lelis
Dep. Jair Farias - **Vice-Pres.**
Dep. Ricardo Ayres - **Pres.**
Dep. Valderéz Castelo Branco
Dep. Vanda Monteiro

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Amália Santana
Dep. Elenil da Penha
Dep. Prof. Júnior Geo
Dep. Olyntho Neto
Dep. Leo Barbosa

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Reuniões às quartas-feiras, às 8 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Amélio Cayres
Dep. Ivory de Lira
Dep. Issam Saado - **Vice-Pres.**
Dep. Olyntho Neto
Dep. Nilton Franco - **Pres.**

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Vilmar de Oliveira
Dep. Prof. Júnior Geo
Dep. Zé Roberto Lula
Dep. Valderéz Castelo Branco
Dep. Jair Farias

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA

Reuniões às terças-feiras, às 9 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Jair Farias
Dep. Zé Roberto Lula - **Vice-Pres.**
Dep. Nilton Franco
Dep. Fabion Gomes - **Pres.**
Dep. Vilmar de Oliveira

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Elenil da Penha
Dep. Issam Saado
Dep. Valdemar Júnior
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Amélio Cayres

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E SERVIÇO PÚBLICO

Reuniões às quartas-feiras, às 14 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Elenil da Penha - **Pres.**
Dep. Prof. Júnior Geo - **Vice-Pres.**
Dep. Olyntho Neto
Dep. Vilmar de Oliveira
Dep. Zé Roberto Lula

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Valdemar Júnior
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Valderéz Castelo Branco
Dep. Amélio Cayres
Dep. Issam Saado

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Reuniões às terças-feiras, às 11 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Issam Saado
Dep. Léo Barbosa - **Vice-Pres.**
Dep. Prof. Júnior Geo - **Pres.**
Dep. Valderéz Castelo Branco
Dep. Valdemar Júnior

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Amália Santana
Dep. Vanda Monteiro
Dep. Fabion Gomes
Dep. Luana Ribeiro
Dep. Eduardo S. Campos

COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Reuniões às quintas-feiras, às 9 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

MEMBROS SUPLENTE:

COMISSÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Reuniões às quintas-feiras, às 8 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Eduardo do Dertins
Dep. Elenil da Penha
Dep. Issam Saado
Dep. Léo Barbosa - **Vice-Pres.**
Dep. Valderéz Castelo Branco - **Pres.**

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Ivory de Lira
Dep. Nilton Franco
Dep. Zé Roberto Lula
Dep. Vanda Monteiro
Dep. Olyntho Neto

COMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões às quintas-feiras, às 14 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Luana Ribeiro - **Pres.**
Dep. Cláudia Lelis
Dep. Eduardo Siqueira Campos
Dep. Prof. Júnior Geo
Dep. Vanda Monteiro - **Vice-Pres.**

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Valderéz Castelo Branco
Dep. Amália Santana
Dep. Valdemar Júnior
Dep. Fabion Gomes
Dep. Leo Barbosa

COMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO E ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

Reuniões às quintas-feiras, às 17 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Luana Ribeiro
Dep. Léo Barbosa - **Pres.**
Dep. Ricardo Ayres - **Vice-Pres.**
Dep. Valdemar Júnior
Dep. Zé Roberto Lula

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Olyntho Neto
Dep. Vilmar de Oliveira
Dep. Ivory de Lira
Dep. Eduardo Siqueira Campos
Dep. Claudia Lelis

COMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

Reuniões às quintas-feiras, às 16 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Amália Santana - **Pres.**
Dep. Ivory de Lira
Dep. Luana Ribeiro
Dep. Nilton Franco
Dep. Vanda Monteiro - **Vice-Pres.**

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Claudia Lelis
Dep. Eduardo do Dertins
Dep. Valderéz Castelo Branco
Dep. Eduardo Siqueira Campos
Dep. Amélio Cayres

COMISSÃO DE MINAS, ENERGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO

Reuniões às terças-feiras, às 10 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Claudia Lelis - **Pres.**
Dep. Eduardo do Dertins - **Vice-Pres.**
Dep. Jair Farias
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Vilmar de Oliveira

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Issam Saado
Dep. Prof. Júnior Geo
Dep. Valdemar Júnior
Dep. Fabion Gomes
Dep. Amélio Cayres

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

Responsável: Diretoria de Área Legislativa
Publicado pela Coordenadoria de Publicações Oficiais da Diretoria de Taquigrafia e Documentação
Palácio Dep. João D'Abreu, Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO
CEP 77003-905

Atos Legislativos

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 13/2019

Institui o programa de coleta seletiva de resíduos sólidos na Assembleia Legislativa do estado do Tocantins.

A Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins aprova e a Mesa Diretora promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica criado o Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Recicláveis Sólidos no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.

Art. 2º Para efeitos desta Resolução são adotados os seguintes conceitos:

I - Coleta Seletiva: Coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição;

II - Resíduos Sólidos: Material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnicas ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível;

III - Rejeitos: Resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada;

IV - Reciclagem: Processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do Sistema Nacional do Meio Ambiente-Sisnama e, se couber, do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária-SNVS e do Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária-Suasa;

V - Disposição Final: Ambientalmente Adequada: Distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos.

Art. 3º A Assembleia Legislativa passará a separar os resíduos sólidos produzidos em todos os seus setores, no mínimo, em dois tipos, divididos em resíduos recicláveis e não recicláveis.

§1º As lixeiras para acondicionamento dos resíduos deverão ficar dispostas uma ao lado da outra de maneira acessível nas áreas em comum e nas áreas de concentração de público externo, enquanto que nos gabinetes serão disponibilizadas lixeiras de material reciclável com adesivos indicativos dos resíduos a serem depositados.

Art. 4º Para o cumprimento desta resolução será necessário:

I - a implantação de lixeiras em locais acessíveis e de fácil visualização para os diferentes tipos de resíduos produzidos nas dependências da Assembleia Legislativa; e

II - o recolhimento periódico dos resíduos coletados e o envio destes para locais adequados, que garantam o seu adequado aproveitamento e a efetivação de sua reciclagem.

Art. 5º A implantação do Programa de Coleta Seletiva de Resíduos será regulamentada e controlada pela Direção-Geral da Assembleia Legislativa do Tocantins.

§1º Será designada uma Comissão Temporária para a condução dos trabalhos de implantação e continuidade do Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Recicláveis Sólidos.

§2º A Comissão Temporária será presidida por um Deputado Estadual e composta pelo Diretor-Geral, por um servidor efetivo e por um servidor comissionado, todos indicados pelo Presidente da Assembleia Legislativa;

§3º A Direção-Geral ficará responsável pela fiscalização da realização da coleta seletiva, bem como pelo treinamento dos funcionários responsáveis pela limpeza e manutenção da Assembleia Legislativa;

§4º Os procedimentos licitatórios de contratação de serviços de limpeza a serem realizados pela Assembleia Legislativa deverão conter disposição expressa sobre a existência de coleta seletiva nas dependências do órgão, exigindo-se que as empresas forneçam o treinamento necessário aos seus funcionários.

Art. 6º É de responsabilidade da Assembleia Legislativa a disponibilização de recursos dentro da dotação orçamentária do Poder Legislativo para a aquisição de recipientes coletores e demais despesas advindas da implantação da coleta seletiva de resíduos recicláveis sólidos.

§1º Fica facultado a cada um dos gabinetes e setores da Assembleia do Tocantins a providenciarem seus recipientes coletores, ainda que feito com materiais recicláveis, para a efetivação deste Projeto.

Parágrafo único. Os locais definidos para a seleção, acondicionamento e transporte dos resíduos sólidos serão definidos pela Direção-Geral.

Art. 7º A Direção-Geral fica autorizada a elaborar instrumento para a contratação de cooperativas e/ou associações de catadores de materiais recicláveis para que sejam responsáveis pela coleta dos resíduos recicláveis gerados na Assembleia Legislativa do Tocantins.

Art. 8º Será realizada campanha interna de educação ambiental no âmbito do Poder Legislativo Estadual para conscientizar e sensibilizar os servidores e a população visitante das dependências da Assembleia Legislativa.

§1º A campanha educativa possuirá enfoque na importância social da implantação do Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Recicláveis Sólidos por esta Casa Legislativa e servirá como exemplo para os demais órgãos da Administração Pública;

§2º A campanha educativa tratada no caput deste artigo deverá ser desenvolvida preferencialmente por meio de mídia digital e palestras educativas, utilizando-se apenas excepcionalmente da difusão de informação por meio de panfletos e folders.

Art. 9º O Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos será lançado oficialmente no Dia do Meio Ambiente de 2019.

Art. 10º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

O presente Projeto de Resolução possui a finalidade de

implantação do Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins. A coleta seletiva é uma prática que engrandecerá a imagem do Poder Legislativo, demonstrando a preocupação dessa Casa Legislativa com a preservação do meio ambiente.

De forma conceitual, na definição do Ministério do Meio Ambiente, baseada na Lei Federal nº 12.305/2010, a Coleta Seletiva é o recolhimento diferenciado de resíduos que foram previamente separados segundo a sua constituição ou composição. Em outras palavras, os resíduos com características similares são selecionados pelo gerador - que pode ser cidadão, uma empresa ou outra instituição - e disponibilizados para a coleta separadamente.

A importância da implantação da coletiva seletiva é advinda da noção constitucional de preservação do meio ambiente. A Constituição Federal de 1988, em seu art. 225, garante que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

No mesmo sentido, a Constituição do Estado do Tocantins impõe a proteção do meio ambiente, por meio do art. 110, determinando que o Estado do Tocantins, com a colaboração da comunidade, deverá promover a defesa e a preservação do meio ambiente. Com efeito, a iniciativa da Assembleia Legislativa vem para agir em consonância com a Carta Magna e busca a proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado.

A Casa do Povo é o local propício para a propagação de boas práticas relativas à temática do meio ambiente, pois quanto mais ecologicamente correta for a atuação da Assembleia Legislativa melhores absolvidas serão as imposições legais por este órgão aprovadas. A melhoria nas práticas ambientais do parlamento nos dará maior força institucional para cobrarmos dos demais órgãos atitudes semelhantes.

Nos dias atuais, vivemos uma crise que envolve a exploração indiscriminada e agressiva do meio ambiente. Com o atual modelo de desenvolvimento econômico praticado em nosso país, o crescimento deverá ser buscado em conjunto com a utilização sustentável dos recursos naturais. A exploração constante, desregrada e exagerada de recursos naturais, bem como a geração desgovernada de resíduos é um problema gravíssimo que precisa ser combativo pelo Poder Público e pela sociedade.

Não há dúvidas de que o caminho da conscientização pela proteção do meio ambiente é uma longa jornada a ser percorrida, mas todos os exemplos bem sucedidos demonstram que os pequenos atos possuem grande relevância na mudança de mentalidade da sociedade. Nesse contexto, acreditamos que o pequeno gesto de implantação realizado pela Assembleia Legislativa, aliado a uma competente campanha educativa, possui força de atingir diversos setores da sociedade, tanto nas bases políticas dos deputados quanto na população que eventualmente frequenta as galerias da Assembleia Legislativa.

Ora, nesse contexto, o correto aproveitamento dos resíduos sólidos gerados pela Assembleia Legislativa e a sua disponibilização para o recolhimento por cooperativas ou associações de catadores de materiais recicláveis, além de contribuir para a proteção do meio ambiente no Tocantins, serve para viabilizar uma melhoria de renda para diversas famílias que auferem seu sustento do recolhimento propiciado pela coleta seletiva. Não se estará aqui fazendo nenhum favor, mas sim

realizando nosso papel como cidadãos ecologicamente preocupados com o meio ambiente e com a geração de postos de trabalho em Alagoas, conforme se infere do próprio instrumento da responsabilidade compartilhada disposta no art. 30 da Lei nº 12.305/2010.

Portanto, o projeto de resolução aqui apresentado é inovador no âmbito do Poder Legislativo Estadual e será um marco no desenvolvimento de campanhas internas de conscientização pela defesa do meio ambiente e pelo bem-estar da população alagoana. A educação ambiental dos servidores e da população frequentadora é um ganho de conhecimento que certamente será difundido do lado de fora do parlamento, pois como representantes do povo alagoano podemos nos considerar exemplos para aqueles que nos elegeram.

A implantação do Programa de Coleta Seletiva será um passo árduo, uma vez que toda mudança gera certo incômodo e acaba por encontrar dificuldades no caminho. No entanto, tenho a plena certeza que o comprometimento e força de vontade dessa Casa Legislativa farão com que o programa funcione, recompensando-nos com o sentimento de que estamos prestando nossa contribuição à conservação do meio ambiente alagoano.

Como o meio ambiente a todos pertence, nada mais justo a cooperação de todos para que possamos resguardá-lo e mantê-lo sustentável para as próximas gerações. Nos próximos anos, quando futuros deputados nessa casa adentrarem, poderão exaltar que as gerações anteriores usaram a força legislativa que possuíam para buscar, por menor que seja a iniciativa, um futuro melhor para o nosso meio ambiente.

Assim sendo, conclamamos os ilustres Colegas Deputados para aprovarmos o presente Projeto de Resolução, visto que é uma matéria interna da Assembleia Legislativa com a finalidade de conscientização e de propagação de medidas de educação ambiental, garantindo uma atuação do Legislativo em defesa do meio ambiente.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 2019.

PROFESSOR JUNIOR GEO

Deputado Estadual

Atos Administrativos

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.211/2019

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR José Ronaldo Gomes de Carvalho do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-15, do Gabinete do Deputado **Issam Saado**, com efeitos retroativos a 16 de julho de 2019.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 17 dias do mês de julho de 2019.

Deputado ANTONIO ANDRADE

Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.212/2019

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR Lawrence Meneses de Castro para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-16, no Gabinete do Deputado **Olyntho Neto**, com efeitos retroativos a 1º de julho de 2019.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins aos 17 dias do mês de julho de 2019.

Deputado ANTONIO ANDRADE

Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.213/2019

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º DECLARAR vago o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-15, em razão do falecimento da servidora **Jaqueline de Miranda Moraes**, do Gabinete do Deputado **Elenil da Penha**, com efeitos retroativos a 11 de julho de 2019.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 18 dias do mês de julho de 2019.

Deputado ANTONIO ANDRADE

Presidente

Comissão Permanente de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

A **Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, através de seu Pregoeiro, torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO na forma PRESENCIAL nº 013/2019.

PROCESSO: 00172/2019

OBJETO: Contratação de empresa especializada, para a prestação dos serviços de Consultoria e Assessoria Administrativa/Judicial, nos termos da legislação vigente para a realização de estudos técnicos e procedimentos administrativos e judiciais visando a recuperação de verbas RPPS, verbas RGPS e/ou RAT pagas indevidamente pela Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.

TIPO: MENOR PREÇO

LEGISLAÇÃO: Lei nº. 10.520/2002

DATA DE ABERTURA: 31 de julho de 2019.

HORÁRIO: 9h00min (nove horas). Horário local de Palmas - TO
LOCAL: Sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação

– CPL- AL

ENDEREÇO: Palácio Deputado João D'Abreu – Praça dos Girassóis S/N Palmas – Tocantins. CEP 77.001-902

NOTA: Outras informações poderão ser obtidas na Comissão Permanente de Licitação: Fones: (63) 3212-5074 e 3212-5121.

Edital disponível gratuitamente na página oficial da AL/TO: www.al.to.leg.br, ícone “licitações”.

E-MAIL: cpl@al.to.leg.br

Palmas, 17 de julho de 2019.

JORGE MÁRIO SOARES DE SOUSA

Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO - REPETIÇÃO

A **Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, através de seu Pregoeiro, torna público que fará realizar a repetição da licitação na modalidade PREGÃO na forma PRESENCIAL nº 010/2019.

PROCESSO: 00095/2019

OBJETO: Aquisição de materiais e equipamentos fotográficos para reposição na Diretoria de Comunicação da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

LEGISLAÇÃO: Lei nº. 10.520/2002

DATA DE ABERTURA: 02 de agosto de 2019.

HORÁRIO: 9h00min (nove horas). Horário local de Palmas - TO
LOCAL: Sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação – CPL- AL

ENDEREÇO: Palácio Deputado João D'Abreu – Praça dos Girassóis S/N Palmas – Tocantins. CEP 77.001-902

NOTA: Outras informações poderão ser obtidas na Comissão Permanente de Licitação: Fones: (63) 3212-5074 e 3212-5121.

Edital disponível gratuitamente na página oficial da AL/TO: www.al.to.leg.br, ícone “licitações”.

E-MAIL: cpl@al.to.leg.br

Palmas, 18 de julho de 2019.

JORGE MÁRIO SOARES DE SOUSA

Pregoeiro

DEPUTADOS DA 9ª LEGISLATURA

Amália Santana (PT)

Amélio Cayres (SD)

Antonio Andrade (PHS)

Claudia Lelis (PV)

Cleiton Cardoso (PTC)

Eduardo do Dertins (PPS)

Eduardo Siqueira Campos (DEM)

Elenil da Penha (MDB)

Fabion Gomes (PR)

Issam Saado (PV)

Ivory de Lira (PPL)

Jair Farias (MDB)

Jorge Frederico (MDB)

Léo Barbosa (SD)

Luana Ribeiro (PSDB)

Nilton Franco (MDB)

Olyntho Neto (PSDB)

Professor Júnior Geo (PROS)

Ricardo Ayres (PSB)

Valdemar Júnior (MDB)

Valderez Castelo Branco (PP)

Vanda Monteiro (PSL)

Vilmar de Oliveira (SD)

Zé Roberto Lula (PT)